



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

**ATA da 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS - CNPCT - Plataforma Virtual**

1 Aos sete e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, reuniu-se, por meio de
2 videoconferência, o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT,
3 para a sua décima primeira Reunião Ordinária, sob a coordenação do Presidente do Conselho,
4 Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, e contando com a participação dos seguintes
5 Conselheiros e Conselheiras representantes de Governo: Ministério da Justiça e Segurança
6 Pública: Sandra Rosana Silva (1º suplente); Ministério da Agricultura, Pecuária e
7 Abastecimento: Aline Renata Araújo de Macêdo Bacelar (1º suplente); Ministério da
8 Educação: Fernanda Teixeira Frade Almeida (2º suplente); Ministério da Saúde: Aline
9 Ludmila de Jesus (titular); Ministério da Economia: Paulo Coutinho (titular) e Débora
10 Nogueira Beserra (1º suplente); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: Joana Marie
11 Girard Ferreira Nunes (titular); Secretaria de Governo da Presidência da República: José Luiz
12 Paro Filho (titular), Danita. Conselheiros e Conselheiras representantes da Sociedade Civil:
13 Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado da Paraíba – ASCOCIC: Maria Jane
14 Soares Targino Cavalcante (titular); Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas
15 Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinho –
16 CONFREM: Carlos Alberto Pinto dos Santos (Presidente do Conselho); Coordenação
17 Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras - CNCTC (RJSP-PR): Adriana de Souza de
18 Lima (titular); Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Charco -
19 Caatingueiros: Eva Francisca de Jesus Santana (titular); Associação Central das Comunidades
20 Veredeiras - ACEVER: Santino Lopes de Araújo (1º suplente); Rede de Comunidades
21 Tradicionais Pantaneira: Cláudia Regina Sala de Pinho (titular) e Leonida Aires de Souza (1º
22 suplente); Quebradeiras de Coco Babaçu: Maria Ednalva Ribeira da Silva (titular); Instituto
23 Mato Verdinho para o Desenvolvimento Sustentável dos Retireiros e Retireiras do Araguaia:
24 Lidiane Taverny Sales (titular); Instituto EcoVida: Edna Maria da Costa e Silva (titular);
25 Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas - CODECEX: Maria de

26 Fátima Alves (titular); Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses: João de Araújo (titular);
27 Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Noroeste, Minas Gerais e Espírito Santos
28 - APOINME: Elisa Urbano Ramos (titular); Conselho Estadual de Promoção da Igualdade
29 Racial de Minas Gerais: Valdinalva B. S. Caldas (presidente); Grupo de Trabalho Amazônico
30 - João Bosco Campos; Defensoria Pública da União - José Roberto Fani Tambasco (titular);
31 Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ) - Jhony Martins; Associação Pomerana de
32 Pancas (APOP) - Gabrielle Ücker Thum (1º suplente); Povos Ribeirinhos - Maria J. Cleide.
33 Abertura da reunião, o Sr. Helbert Pitorra, secretário executivo do Conselho, informou que o
34 Presidente do Conselho não poderá comparecer à reunião devido a problemas técnicos na
35 localidade. Consultou os demais conselheiros se haveria alguma objeção ao início da reunião
36 e não havendo, deu início a 11ª Reunião Ordinária do Conselho. Questionou se haveria algum
37 conselheiro interessado em fazer uso da palavra, não havendo o Sr. Helbert Pitorra saudou
38 todos os presentes e reforçou a justificativa de ausência do Sr. Carlos Alberto, Presidente do
39 Conselho. Informou aos presentes as pautas a serem deliberadas na reunião e, ato contínuo,
40 procedeu à lista de presença e justificativas de ausência dos conselheiros membros. A Sra.
41 Adriana de Souza de Lima informou que vários conselheiros estão com dificuldade de acessar
42 a reunião devido a problemas técnicos (internet). A Sra. Cláudia Regina Sala de Pinho saudou
43 todos os presentes. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos saudou todos a informou que está
44 com problemas técnicos (internet). O Sr. Helbert Pitorra informou ao Sr. Carlos Alberto Pinto
45 dos Santos que na abertura da reunião questionou se haveria algum conselheiro que gostaria
46 de fazer uso da palavra e sugeriu que retornasse o momento. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos
47 Santos questionou novamente se haveria algum conselheiro ou conselheiro que gostaria de
48 fazer uso da palavra. A Sra. Adriana de Souza de Lima saudou todos, agradeceu a
49 oportunidade de reencontrar todos na ocasião, acolheu os novos representantes da sociedade
50 civil, que ajudam a fortalecer o espaço dos povos e comunidades tradicionais, e recitou a
51 poesia do povo Guarani Mbya chamada “Nascentes das Águas” do livro “A Terra uma Só” de
52 autoria do Cacique Timóteo da Silva Verá Tupã Popygua. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos
53 Santos lembrou que no dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e um é comemorado o
54 Grito da Pesca Artesanal, em homenagem ao João Cândido, dia no qual reúne pescadores e
55 pescadores de diversos lugares do Brasil em Brasília para reivindicar seus direitos, lembrou
56 que no mesmo dia é comemorado o Dia da Revolta da Chibata e dissertou sobre o referido
57 dia. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos deu boas-vindas aos novos integrantes do
58 Conselho, reforçando a importância dos novos membros para fortalecer ainda mais o CNPCT.
59 O Sr. Helbert Pitorra esclareceu que o CNPCT está na fase final de conclusão da posse dos

60 conselheiros que participaram do processo de recondução e no presente momento, para
61 conclusão dos trâmites legais, o Conselho estão no aguardo do envio de alguns documentos
62 que ainda estão pendentes por parte das entidades para liberação do acesso ao sistema e,
63 conseqüentemente, a assinatura do termo de posse. Esclareceu ainda, que aqueles conselheiros
64 que ainda não assinaram o termo de posse, não estão aptos para realizar o voto na deliberação.
65 Informou que existem 14 conselheiros aptos para deliberar, sendo quórum mínimo necessário
66 para o início da reunião. Passando para a ordem do dia, o Sr. Helbert Pitorra informou a
67 seguinte para: Para o dia sete de dezembro de dois mil e vinte e um (primeiro dia de trabalho):
68 14h - mística; 14h e 15 minutos - abertura e apresentação; 14h e 30 minutos - verificação da
69 presença e quórum; 14h e 40 minutos: leitura e aprovação da ordem do dia; 14h e 50 minutos
70 - votação para composição da Câmara de reconhecimento dos povos tradicionais; 15h e 10
71 minutos - participação da Deputada Estadual Andreia de Jesus, Presidente do Comissão dos
72 Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - apresentação de
73 denúncia; 15h e 30 minutos - inscrições para fala; 16h - apresentação do Ministério da
74 Cidadania acerca das ações e entregas de cestas básicas realizadas aos povos de comunidades
75 tradicionais; 16h e 30 minutos - informes da retomada reuniões presenciais e apresentação do
76 calendário de trabalho para o ano de 2022; 17h - apresentação da Sra. Kátia Fávilla - Rede
77 Cerrado; 17h e 10 minutos - informes gerais; 17h e 20 minutos - considerações finais e
78 encerramento. Para o dia oito de dezembro de dois mil e vinte e um (segundo dia de trabalho):
79 14h - abertura; 14h e 10 minutos - verificação de presença e quórum; 14h e 20 minutos -
80 leitura e aprovação da 10ª Reunião Ordinária e leitura e aprovação da 2ª Reunião
81 Extraordinária; 14h e 50 minutos - informações e *status* do termo de posse; 15h -
82 esclarecimento acerca do procedimento de reconhecimento de povos de comunidades
83 tradicionais; 15h e 10 minutos - inscrições para o uso da fala; 15h e 20 minutos - definições
84 referentes à votação; 15h e 40 minutos - inscrições para fala; 15h e 50 minutos - proposições,
85 procedimentos e estratégias acerca da Câmara Técnica; 16h e 10 minutos - escolha dos
86 membros da Câmara Técnica do Abrace Marajó; 16h e 30 minutos - inscrições para fala; 17h
87 e 10 minutos - considerações finais e encerramento. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos
88 questionou se haveria alguma observação acerca da pauta apresentada e não havendo, a pauta
89 foi considerada aprovada. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos informou que a apresentação
90 da Sra. Kátia Fávilla ocorrerá em momento oportuno e solicitou o envio dos ajustes realizados
91 na pauta da reunião. Solicitou a disponibilização das Atas das últimas reuniões. O Sr. Helbert
92 Pitorra confirmou o envio das Atas aos e-mail dos conselheiros e solicitou à equipe da
93 Secretaria-Executiva da CNPCT a relação atualizada de quais documentos foram entregues

94 pelas entidades que estão sendo reconduzidas ao cargo do Conselho. Ato contínuo, fez a
95 leitura da relação dos conselheiros que ainda não assinaram o Termo de Posse, sendo eles:
96 Povos e Comunidades de Terreiro/Povos e Comunidades de Matriz Africana - a Sra. Regina
97 Barros Goulart Nogueira (1º suplente) e o Sr. Luiz Leno Silva Farias (2º suplente); Povos
98 Ciganos - o Sr. Michel Luiz Kriston (2º suplente); Povos Extrativistas - a Sra. Jéssica Maria
99 da Conceição (1º suplente) e o Sr. Joaquim Correa de Souza Belo (2º suplente); Povos
100 Extrativistas Costeiros e Marinhos - a Sra. Célia Regina Nunes das Neves (1º suplente) e o Sr.
101 Raimundo Gilberto Pinho (2º suplente); Povos Caiçaras - a Sra. Marcela Albino Cananéa (1º
102 suplente); Quebradeiras de Coco Babaçu - a Sra. Maria Alaídes Alves de Sousa e a Sra.
103 Helena Gomes da Silva (2º suplente); Povos Retireiros do Araguaia - a Sra. Maria
104 Auxiliadora Carvalho Sousa (1º suplente); Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto - o Sr.
105 Eldo Moreira Barreto (titular), o Sr. Valdivino Rodrigues de Souza (1º suplente) e o Sr.
106 Domingos Barbosa Ferreira (2º suplente); Andirobeiros - a Sra. Edna Maria da Costa e Silva
107 (titular) e o Sr. Edne Wagner Ribeiro Maués (1º suplente). Informou que foi solicitado, via e-
108 mail, para as entidades que foram reconduzidas, que encaminhassem os documentos para
109 atualização. No entanto, a entidade Povos Indígenas - APOINME ainda não encaminhou
110 nenhuma documentação, enquanto as demais encaminharam apenas alguns documentos e
111 reforçou que a documentação precisa estar completa para que seja liberado o acesso externo
112 ao sistema e assim ocorrer à assinatura do Termo de Posse. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos
113 Santos reforçou a importância do envio da documentação para o exercício pleno do cargo, fez
114 um apelo para os conselheiros das instituições para que fiquem atentos às solicitações e
115 assinem o mais rápido possível o Termo de Posse e informou que em caso de dúvidas, entrar
116 em contato com o Presidente do CNPCT ou com a Secretaria-Executiva. O Sr. Helbert Pitorra
117 sugeriu informar no chat da plataforma as documentações pendentes de cada instituição. O Sr.
118 Carlos Alberto Pinto dos Santos agradeceu a sugestão e concordou com a sugestão. A Sra.
119 Maria Ednalva Ribeiro da Silva dissertou sobre as dificuldades de envio da documentação
120 para a Secretaria-Executiva do CNPCT e sugeriu ao Conselho que os membros com
121 pendência na documentação fossem até Brasília para entregar a documentação pessoalmente.
122 O Sr. Helbert Pitorra registrou que na 10ª Reunião Ordinária foi informado sobre o ato de
123 recondução das entidades e reforçou que a Secretaria-Executiva está no aguardo do envio da
124 documentação pendente para dar celeridade no processo. Reforçou ainda, que em todos os e-
125 mails enviados para as instituições, foi colocado o Sr. Presidente em cópia para ciência e
126 reiterou que será enviado novamente o e-mail para as entidades com a documentação
127 pendente até o final do dia. Lembrou que a Secretaria-Executiva ficou à disposição dos

128 conselheiros em dias específicos para a retirada de dúvidas e sanar pendências. Sugeriu a
129 disponibilização da Secretaria-Executiva para que novamente faça o trabalho de retirada de
130 dúvidas e ajudar no processo da documentação pendente. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos
131 Santos agradeceu a sugestão do Sr. Helbert Pitorra e observou que esse é um desafio para as
132 próprias lideranças. A Sra. Adriana de Souza de Lima informou que a Secretaria-Executiva
133 estava solicitando a assinatura do documento, no entanto a documentação já havia sido
134 assinada em outra oportunidade, constatando algum equívoco da Secretaria-Executiva. O Sr.
135 Helbert Pitorra informou que no caso da conselheira Adriana de Souza de Lima foi uma
136 questão de atualização de sistema e afirmou que o processo da conselheira encontra-se sem
137 pendência. Informou ainda, que houve uma atualização no sistema na data de hoje e que os
138 conselheiros com o nome na lista de documentos faltantes estão realmente pendentes. A Sra.
139 Elisa Urbano Ramos solicitou que a Secretaria-Executiva providencie a relação da
140 documentação pendente o mais rápido possível. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos
141 agradeceu a contribuição da Sra. Elisa Urbano e enfatizou a importância de dar celeridade à
142 resolução de pendências. A Sra. Maria Jane Soares Targino Cavalcante dissertou sobre o
143 procedimento adotado no troca de e-mails para solucionar a pendência de documentos e
144 sugeriu realizar uma reunião virtual só para orientar os conselheiros de maneira online
145 instantaneamente. O Sr. Helbert Pitorra elogiou a sugestão da Sra. Maria Jane e acrescentou
146 algumas dificuldades enfrentadas pelos conselheiros como, por exemplo, o sistema não aceitar
147 o e-mail institucional, o sistema aceita apenas o e-mail pessoal. Além disso, concordou em
148 realizar uma reunião virtual apenas com aqueles conselheiros que estão com pendências na
149 documentação. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos também elogiou a sugestão feita pela
150 Sra. Maria Jane, dissertou a respeito da relevância dessa reunião, inclusive para aquelas
151 entidades que foram reconduzidas e acrescentou que o pleno do Conselho poderia marcar uma
152 data para esse evento. Sugeriu que a Secretaria-Executiva escolhesse uma data e horário para
153 a realização da reunião virtual e encaminhar por e-mail e pelo grupo de *Whatsapp*.
154 Prontamente o Sr. Helbert Pitorra sugeriu a data de dezoito de dezembro de dois mil e vinte e
155 um no período das 14h às 15h para a realização da reunião virtual de auxílio aos conselheiros
156 com pendência de documentação. O Sr. Carlos Alberto solicitou para que a reunião fosse
157 entre os dias dezesseis ou dezessete de dezembro de dois mil e vinte e um. Questionou se
158 haveria alguma objeção e não havendo, foi considerada aprovada a reunião virtual para
159 auxílio dos conselheiros. Solicitou a inversão de pauta, devido à presença da Deputada
160 Estadual Andrea de Jesus. O Sr. Carlos Alberto agradeceu a presença da nobre Deputada e
161 passou ao próximo item da pauta. A Deputada Estadual Andreia de Jesus saudou todos e

162 dissertou a respeito da importância da Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia
163 Legislativa do Estado de Minas Gerais. Relatou sobre a denúncia de violação de Direitos
164 Humanos no acolhimento de setenta e quatro indígenas venezuelanos da etnia *warao* no
165 abrigo de São Paulo e no abrigo de Belo Horizonte e informou sobre o estado de conservação
166 dos abrigos que foram objeto de denúncias. Dissertou sobre o procedimento adotado após as
167 denúncias, sobre o quadro de saúde dos indígenas venezuelanos e relatou o óbito de uma
168 criança indígena. Enfatizou que no Estado de Minas Gerais não existe política para
169 acolhimento e atendimento de imigrantes, refugiados e apátridos. Relatou que existem mais
170 de dezenove mil pessoas no Estado de Minas Gerais que aguardam a emissão de documentos,
171 reconhecimento civil e políticas inserção no trabalho e devido ao fato da morosidade no
172 atendimento dessas pessoas, há relatos de privilégios para alguns grupos. Relatou ainda, que
173 por não existir a política de acolhimento de imigrantes, há uma mistura com a política de
174 auxílio da população em situação de rua. Reforçou que a Comissão de Direitos Humanos está
175 ouvindo essa população imigrante para que possa ajudar na criação de políticas públicas
176 auxiliando essa comunidade e assim melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Relatou
177 que, por diversas vezes, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do
178 Estado de Minas Gerais oficiou o Ministério Público para que o próprio Ministério Público e
179 outros órgãos responsáveis tomassem medidas em caráter de urgência. Reforçou que os
180 indígenas da etnia *warao* estão sendo acolhidos pela política pública que não é a indicada para
181 essa situação e reforçou que foi discutido com o Estado sobre o cenário enfrentado, ficando
182 evidente que era necessário uma resposta emergencial. Informou que a medida a ser adotada é
183 a criação de um espaço de acolhimento próprio para esse grupo e, principalmente, garantir a
184 documentação, a vacinação, o CPF e a inserção no CadÚnico. Reforçou que as medidas de
185 acolhimento que respeitem as diferenças culturais a serem adotadas devam ser emitidas pelo
186 Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESE), e que a própria SEDESE
187 garanta esse protocolo de atendimento único em todo o Estado de Minas Gerais, garantindo ao
188 refugiado acesso ao sistemas de auxílio do Governo. Relatou que além de acionar o Estado, a
189 Comissão de Direitos Humanos também acionou a Organização das Nações Unidas através do
190 Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Informou que refugiados
191 que estavam em situação irregular em países estavam sendo deportados para seu país de
192 origem e que a Defensoria Pública esteve no abrigo de acolhimento improvisado e constatou a
193 precariedade do lugar e sem qualquer adaptação para a cultura indígena da etnia *warao*.
194 Relatou que a Comissão continua acompanhando a demanda informada e cobrando uma
195 atitude do Governo do Estado. Relatou que o Prefeitura de Belo Horizonte alocou os

196 indígenas da etnia *warao* em um ambiente apropriado para a sua cultura, que na visita técnica
197 realizada no dia sete de dezembro de dois mil e vinte e um mais indígenas da etnia *warao*
198 estavam chegando ao local, especificamente treze pessoas. Assim cresce a cobrança para que
199 o Estado crie políticas públicas para acolhimento digno dessas pessoas. Relatou ainda, que o
200 Estado realizou um compromisso público que irá apresentar, em janeiro de dois mil e vinte e
201 dois, um protocolo com as recomendações de ações mínimas apresentadas pela Comissão de
202 Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais que garanta a
203 dignidade da pessoa humana. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos agradeceu a Deputada
204 Estadual Andreia de Jesus por trazer essa temática ao CNPCT e informou das dificuldades
205 técnicas de comunicação que está enfrentando. Dissertou sobre a finalidade do CNPCT.
206 Reforçou que o relatado pela Deputada Estadual Andreia de Jesus seja levado ao Conselho
207 Nacional de Direitos Humanos para que solicite as providências cabíveis e questionou a
208 Deputada Estadual como o CNPCT pode ajudar na demanda apresentada. A Sra. Valdinalva
209 B. S. Caldas, Presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Minas
210 Gerais, saudou a todos, agradeceu a oportunidade de falar no CNPCT e agradeceu o Sr.
211 Helbert Pitorra por ter cedido um espaço para a Deputada Andreia de Jesus. Informou que é
212 esperado que o Conselho Nacional faça uma agenda de reuniões, a começar com o Ministério
213 da Saúde e com a Secretaria Estadual de Saúde para tratar da pauta de saúde indígena e
214 sugeriu a criação de políticas públicas nacionais para o tratamento dos povos indígenas no
215 Brasil. Reforçou a necessidade de regularizar a situação dos povos imigrantes indígenas para
216 a criação das políticas públicas e sugeriu a criação de uma comissão ou grupo de trabalho para
217 encaminhar a pauta. Dissertou sobre outros povos indígenas que passam pela mesma situação
218 e sugeriu a disponibilização de um espaço territorial para moradia. Agradeceu o espaço dado
219 para poder informar sobre a situação dos indígenas, informou que está a disposição para
220 ajudar e agradeceu ainda, o diálogo aberto entre o Governo Federal e a sociedade civil. O Sr.
221 Carlos Alberto Pinto dos Santos agradeceu a contribuição da Sra. Valdinalva B. S. Caldas. O
222 Sr. José Luiz Paro Filho saudou todos e informou que já existe uma operação em andamento
223 para acolhimento de refugiados, desde dois mil e dezoito, chamada “Operação Acolhida”,
224 sediada na Casa Civil da Presidência da República e dissertou sobre a “Operação Acolhida”,
225 informando que já existe protocolo para acolhimento de todas essas pessoas, inclusive dos
226 indígenas venezuelanos da etnia *warao*, constando a recepção, identificação, imunização,
227 regularização migratória de crianças imigrantes refugiadas, garantia de direitos, atenção
228 médica emergencial em caso de isolamento, regularização de cadastro migratório, emissão de
229 CPF, atendimento social, proteção e defesa de direitos, alojamentos apropriados e programa

230 de interiorização para que os refugiados consigam se estabelecer no país. Deixou,
231 disponibilizado no chat, o *link* para acesso ao site que contém mais informações sobre a
232 “Operação Acolhida”. Reforçou que o Governo Federal tem ciência de que existem pessoas
233 que não passam pelo posto de atendimento da operação e já existem medidas, capitaneadas
234 pela Casa Civil, para contornar a situação. Elencou os membros que ajudaram na elaboração
235 ou fazem parte da operação. A Sra. Maria Ednalva Ribeiro da Silva dissertou sobre a
236 dificuldade enfrentada pelos refugiados e pela falta de políticas públicas para acolher essas
237 pessoas. Dissertou ainda, sobre ocorrido no Estado do Maranhão. O Sr. Helbert Pitorra
238 agradeceu a presença da Deputada Estadual Andrea de Jesus que trouxe ao CNPCT
239 informações importantes sobre o tema. Agradeceu ainda, a Sra. Valdinalva B. S. Caldas,
240 Presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Minas Gerais, pela
241 contribuição na temática. Sugeriu que na próxima reunião do pleno do Conselho, o
242 conselheiro José Luiz Paro Filho possa realizar uma apresentação sobre a “Operação
243 Acolhida”. Disponibilizou a Secretaria-Executiva do CNPCT para ajudar nas questões dos
244 refugiados de povos de comunidades tradicionais, tendo em vista as graves violações dos
245 direitos humanos informadas. O Sr. José Luiz Paro Filho informou que a Casa Civil é a
246 responsável direta pela "Operação Acolhida". No entanto, deixou a Secretaria de Governo à
247 disposição para ajudar na apresentação das informações da operação. A Sra. Adriana de Souza
248 de Lima agradeceu as informações trazidas pela Deputada Estadual Andrea de Jesus e
249 dissertou sobre a situação dos imigrantes no Brasil, citando o caso das mulheres imigrantes no
250 Estado de São Paulo. A Sra. Andrea de Jesus agradeceu novamente o espaço disponibilizado e
251 reforçou o despreparo do Estado de Minas Gerais no acolhimento dos indígenas da etnia
252 *warao*, lembrou-se das ações realizadas pela Igreja Católica no acolhimento de pessoas.
253 Informou que o Estado de Minas Gerais abriu diálogo para confeccionar, pela primeira vez,
254 um Plano Estadual para Imigrantes Refugiados, Apátridos e Retornados (grupos que são
255 devolvidos para o Brasil). Sugeriu que o Governo Federal inclua os Estados nos planos e nas
256 ações de acolhimento dos refugiados. Reforçou a necessidade de orçamento público para que
257 os Estados construam um plano estruturado para acolhimento de imigrantes. Enfatizou que os
258 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) não possuem recursos necessários para
259 atendimento da demanda, principalmente em relação à língua estrangeira, e sugeriu o
260 compartilhamento do protocolo executado na “Operação Acolhida” para que a Comissão dos
261 Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais repasse,
262 oficialmente, às Prefeituras das cidades do Estado. Sugeriu ainda, que o Governo Federal
263 auxilie a implantação do protocolo de acolhimento nos Estados de forma coordenada. O Sr.

264 Carlos Alberto Pinto dos Santos agradeceu, novamente, a participação da Deputada Estadual
265 Andrea de Jesus no CNPCT, por trazer questões importantes ao pleno do Conselho. Dissertou
266 sobre as dificuldades enfrentadas pelos povos de comunidades tradicionais brasileiros no
267 território nacional. Solicitou a Sra. Andrea de Jesus documentos comprobatórios das questões
268 informadas para embasar o acompanhamento junto aos órgãos oficiais e para ajudar no pleito.
269 Sugeriu que colocar em pauta da próxima reunião ordinária o retorno das solicitações e
270 convidou a Sra. Andrea de Jesus a retornar na próxima reunião ordinária para acompanhar a
271 resposta. Reforçou a importância da questão dos povos de comunidades tradicionais da
272 América Latina para o Conselho e a inclusão desse item na pauta para que o CNPCT ajude na
273 criação de políticas públicas em defesa dos povos tradicionais. A Sra. Andrea de Jesus
274 colocou-se à disposição para comparecer à próxima reunião do CNPCT. Questionou se
275 haveria alguma objeção e não havendo, foram consideradas aprovadas as sugestões feitas pelo
276 Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos. O Sr. José Luiz Paro Filho reforçou que o órgão
277 responsável pela “Operação Acolhida” é a Casa Civil e apenas trouxe informações para o
278 Conselho a título de conhecimento. Assim, os encaminhamentos para a solicitação de mais
279 informações sobre a operação e a forma de compartilhar os protocolos adotados deverão ser
280 solicitados à Casa Civil. No entanto, informou que a Secretaria de Governo da Presidência da
281 República está à disposição para auxiliar no que possível na pauta de extrema importância. O
282 Sr. Carlos Alberto dissertou sobre a importância de ter empatia ao próximo. A Sra. Edna
283 Maria da Costa e Silva saudou todos e questionou se a Câmara Técnica, da qual o povo
284 Andirobeiros faria parte, acabou com o fim do mandato do segmento ou se ainda pode existir.
285 O Sr. Carlos Alberto informou que, como não havia nenhum conselheiro do povo
286 Andirobeiros presente na última reunião ordinária, foi solicitado que a votação para a criação
287 da Câmara Técnica fosse realizada na 11ª Reunião Ordinária. Passando ao próximo item de
288 pauta, **composição do Grupo de Trabalho para criação dos procedimentos para**
289 **reconhecimento de novos segmentos de povos tradicionais no âmbito do CNPCT.** O Sr.
290 Carlos Alberto dissertou sobre o tema debatido na última reunião, reforçou a importância da
291 criação do grupo e solicitou que se manifestassem os conselheiros que tenham interesse em
292 fazer parte do Grupo de Trabalho. A Sra. Adriana de Souza Lima se voluntariou para
293 participar do grupo de trabalho. O Sr. Carlos Alberto informou que o Sr. João Bosco, do
294 segmento dos ribeirinhos, também se voluntariou para fazer parte do grupo de trabalho e da
295 Câmara Técnica Abrace o Marajó. O Sr. Carlos Alberto informou que irá compor o grupo de
296 trabalho. O Sr. Helbert Pitorra informou que, conforme o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de
297 2019, o grupo de trabalho tem limitação de participantes e eles precisam ser paritários e

298 sugeriu a participação dos órgãos das entidades públicas na composição do grupo de trabalho.
299 O Sr. Carlos Alberto dissertou sobre o regimento interno do CNPCT e informou que, pelo
300 regimento interno e pelo Decreto 8.750 de 9 de maio de 2016 , não trata a questão da
301 quantidade de membros. O Sr. José Luiz Paro Filho informou que, em auxílio ao Sr. Helbert
302 Pitorra, o Decreto 10.138 de 28 de novembro de 2019 é o que trata a respeito do grupo de
303 trabalho. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos questionou se algum representante das
304 instituições governamentais tem interesse em compor o grupo de trabalho e caso negativo será
305 impedida a criação do grupo. O Sr. José Luiz Paro Filho reforçou que é apenas um conflito
306 aparente entre as normas e que não há, necessariamente, uma interpretação final a respeito do
307 assunto. Reforçou ainda, que contribuiu apenas a título de agregar informação ao debate.
308 Sugeriu a consulta ao órgão jurídico para dirimir a dúvida sobre o assunto. O Sr. Carlos
309 Alberto Pinto dos Santos agradeceu a contribuição do Sr. José Luiz e confirmou que o
310 caminho sugerido, de consultar um órgão jurídico, é a melhor solução. O Sr. Helbert Pitorra
311 informou que o entendimento jurídico, da Secretaria-Executiva, já está pacificado no sentido
312 de seguir as orientações normativas no Decreto 10.138 de 28 de novembro de 2019. O Sr.
313 Paulo Coutinho saudou todos e informou que está à disposição para integrar o grupo de
314 trabalho. A Sra. Adriana de Souza Lima informou que a Sra. Lidiane Taverny Sales relatou no
315 chat da plataforma que está à disposição para integrar o grupo de trabalho. O Sr. Helbert
316 Pitorra informou que o Sr. José Luiz Paro Filho também se inscreveu para fazer parte do
317 grupo de trabalho. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos informou que os conselheiros que
318 irão compor o Grupo de Trabalho são: Adriana de Souza Lima, João Bosco, Carlos Alberto,
319 Paulo Coutinho, José Luiz e Lidiane Taverny. Solicitou a disponibilização, da Secretaria-
320 Executiva, de análise jurídica feita, em outras ocasiões, em relação à quantidade de membros
321 em grupos de trabalhos. Informou ainda, que uma das dificuldades do CNPCT para a
322 formação de grupos de trabalhos e câmaras técnicas é contar com a participação dos
323 representantes institucionais, o que acaba inviabilizando os trabalhos do Conselho. Solicitou
324 ainda, que a decisão da formação do grupo de trabalho seja dada em conjunto com a decisão
325 da formação da Câmara Técnica Abrace o Marajó. Questionou se haveria objeção quanto à
326 criação do grupo e não havendo, foi considerada aprovada, por unanimidade, a criação do
327 grupo de trabalho para criação dos procedimentos para reconhecimento de novos segmentos
328 de povos tradicionais no âmbito do CNPCT. Passando para o próximo item da pauta,
329 **apresentação do Ministério da Cidadania acerca das ações e entregas de cestas básicas**
330 **realizadas aos povos de comunidades tradicionais.** O Sr. Helbert Pitorra informou que, por
331 questões emergenciais sobre a nova variante do Coronavírus, o representante do Ministério da

332 Cidadania ficará impossibilitado de realizar a apresentação e se comprometeu a realizá-la na
333 próxima reunião ordinária do CNPCT. O Sr. Carlos Alberto agradeceu as informações.
334 Passando ao próximo item de pauta, **informes da retomada das reuniões presenciais e**
335 **apresentação do calendário de trabalho para o ano de 2022.** O Sr. Carlos Alberto Pinto
336 dos Santos informou que a Secretaria-Executiva apresentou uma proposta de calendário,
337 considerando a partir de fevereiro de 2022. Informou ainda, que a presente reunião irá
338 deliberar sobre o retorno das sessões presenciais. O Dr. Helbert Pitorra informou que,
339 conforme deliberação na 10ª Reunião Ordinária, a Secretaria-Executiva protocolou, no dia 29
340 de outubro de 2021, junto a Secretaria-Executiva do Ministério uma consulta, solicitando
341 informações, o mais rápido possível, sobre a retomada dos encontros presenciais do CNPCT
342 para o ano de 2022. Informou ainda, que até a reunião da mesa diretora do Conselho, não
343 havia tido resposta sobre a solicitação e por isso reiterou o pedido junto a Secretaria do
344 Ministério e que ainda está no aguardo da resposta por parte do órgão. Reforçou que,
345 provavelmente, a Secretaria do Ministério está levando em consideração o avanço da variante
346 do Coronavírus, Ômicron, em solo brasileiro e acredita que nos próximos dias receberá a
347 resposta do pleito. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos agradeceu as informações,
348 questionou se outros Conselhos estão retornando às reuniões presenciais e sugeriu incluir nas
349 pautas das reuniões do CNPCT deliberação sobre o retorno das atividades presenciais para a
350 próxima reunião ordinária. Questionou se haveria alguma objeção e não havendo, foi
351 considerada aprovada a sugestão. O Sr. Helbert Pitorra informou que as reuniões e a
352 Conferência do Conselho Nacional da Igualdade Racial estão acontecendo de forma virtual e
353 informou ainda, que não tem notícias de outros conselhos que estão realizando as reuniões
354 presencialmente. Dissertou sobre a mudança de data proposta, inicialmente de 10 e 11 de
355 maio de 2022, para 17 e 18 de maio de 2022, tendo em vista a realização da Conferência
356 Nacional da Igualdade Racial e, em seguida, relatou as datas propostas pela mesa diretora
357 para o calendário de 2022 do CNPCT, sendo as Reuniões Ordinárias: 8 e 9 de fevereiro, 17 e
358 18 de maio, 9 e 10 de agosto e 8 e 9 de novembro, todas de 2022. Reforçou que a Secretaria-
359 Executiva está à disposição do Conselho na sugestão de datas das reuniões ordinárias. O Sr.
360 Carlos Alberto Pinto dos Santos questionou se algum conselheiro tem alguma sugestão nas
361 datas apresentadas. A Sra. Maria Ednalva Ribeiro da Silva informou que já tem outro
362 compromisso marcado para a data de 8 e 9 de fevereiro de 2022. O Sr. Paulo Coutinho
363 sugeriu, para manter a regularidade das reuniões, as datas de: 8 e 9 de março, 17 e 18 de
364 junho, 9 e 10 de setembro e 8 e 9 de dezembro, todas de 2022. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos
365 Santos agradeceu a sugestão realizada. O Sr. Helbert Pitorra lembrou ao Conselho que, caso

366 ocorra de algum conselheiro não puder participar das reuniões, existem os conselheiros
367 suplentes, para dar continuidade aos trabalhos. O Sr. José Luiz reforçou o lembrete realizado
368 pelo Sr. Helbert Pitorra. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos reforçou o apelo feito para as
369 entidades membros do Conselho para que haja a participação efetiva dos conselheiros
370 suplentes, tendo em vista o conhecimento dos assuntos deliberados e solicitações do CNPCT.
371 O Sr. Helbert Pitorra informou sobre os ajustes das datas sugeridas pelo conselheiro Paulo
372 Coutinho, entre eles destacou o dia 08 de março, que é o Dia Internacional da Mulher. Em
373 seguida, apresentou a proposta de datas para as reuniões ordinárias para o ano de 2022: 15 e
374 16 de março, 7 e 8 de junho, 13 e 14 de setembro e 6 e 7 de dezembro. O Sr. Carlos Alberto
375 Pinto dos Santos questionou se haveria alguma objeção e não havendo, a proposta de
376 realização das reuniões ordinárias do CNPCT para o ano de 2022 nos dias 15 e 16 de março, 7
377 e 8 de junho, 13 e 14 de setembro e 6 e 7 de dezembro, foi considerada aprovada por
378 unanimidade. Passando aos informes, o Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos informou que não
379 recebeu a documentação enviada pela conselheira Maria Ednalva Ribeiro da Silva devido a
380 problemas de ordem técnica no aparelho celular e reforçou que a conselheira relata nos
381 informes a fatalidade ocorrida no segmento Quebradeiras de Coco Babaçu. O Sr. João Bosco
382 informou que não reduziu a termo a denúncia, feita na última reunião ordinária, de problemas
383 ocorridos no Arquipélago de Bailique no Macapá, solicitando um Grupo de Trabalho para
384 visitação do local. Informou ainda, que apresentará o pedido por escrito na próxima reunião
385 ordinária. A Sra. Maria Ednalva Ribeiro da Silva informou que irá reenviar o documento ao
386 Sr. Carlos Alberto juntamente com as atualizações do caso envolvendo o membro do
387 segmento Quebradeiras de Coco Babaçu. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos reiterou a
388 importância do assunto relatado e deixou registrado a solidariedade do Conselho à família do
389 envolvido, repúdio ao ocorrido e assim que receber a documentação o CNPCT estará
390 encaminhando aos órgãos competentes para exigir que sejam tomadas as devidas providências
391 em relação ao caso e caso não ocorra à resposta, colocará a questão novamente na pauta. A
392 Sra. Maria Ednalva Ribeiro da Silva sugeriu o ingresso da assessora jurídica da comunidade
393 Andioribeiro, Dra. Renata, para acompanhar o pleito. A Sra. Cláudia Regina Sala de Pinho
394 solicitou uma manifestação de solidariedade à comunidade de Vila do Conde, no estado do
395 Pará, que foi afetada devido ao incidente envolvendo uma mineradora e informou que o
396 incidente já foi relatado à ONU, pela vulnerabilidade da população local. Sugeriu incluir em
397 pauta, para a próxima reunião do CNPCT, de forma urgente, a questão do incidente em
398 Barcarena. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos acolheu o pleito demandado pela
399 conselheira Cláudia Regina Sala de Pinho, embora o CNPCT tenha os ritos regimentais

400 estabelecidos para aceitação de demandas. Questionou o formato engessado de reação para
401 situações análogas às relatadas. Solicitou que o pleno do Conselho deliberasse a respeito dos
402 dois incidentes informados pelas conselheiras Maria Ednalva e Cláudia Regina. Informou que
403 o Conselho não pode se manifestar de forma oficial por questões burocráticas, no entanto
404 ressaltou que, como sociedade civil, é dever dos conselheiros se manifestar em repúdio aos
405 fatos relatados. A Sra. Cláudia Regina Sala de Pinho se prontificou a fazer a minuta da nota
406 de solidariedade e relatou os fatos recorrentes que acontecem com as empresas mineradoras
407 envolvendo os povos de comunidades tradicionais como, por exemplo, o ocorrido em Minas
408 Gerais, por duas vezes. Propôs ao Conselho o conhecimento das comunidades que estão em
409 risco com os desastres, tendo em vista que pode ser um tema que envolva vários povos de
410 comunidades tradicionais. Sugeriu à Secretaria-Executiva que faça o levantamento estatístico
411 dos povos afetados para, no futuro, o CNPCT auxiliar na criação de políticas públicas em
412 defesa da população afetada pela mineração no Brasil, através de uma resolução ou norma
413 técnica. O Dr. Helbert Pitorra concordou com a preocupação da conselheira Cláudia Regina
414 Sala de Pinho e tenha uma postura proativa nessas questões, informou que realizará um
415 levantamento de informações sobre qual o caminho adequado para proceder ao recebimento
416 dos dados estatísticos e colocou a Secretaria-Executiva à disposição do Conselho para auxiliar
417 em todas as demandas. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos incluiu na pauta da próxima
418 reunião ordinária a devolutiva sobre os informes do Dr. Helbert Pitorra. O Sr. João Bosco
419 concordou com a sugestão da Sra. Cláudia Regina Sala de Pinho e acrescentou que é
420 necessário fazer o levantamento dos dados tanto das empresas mineradoras legalizadas quanto
421 das clandestinas como, por exemplo, os garimpos ilegais em território indígena. O Dr. Helbert
422 Pitorra informou que até o dia 8 de dezembro às 12h, a Secretaria-Executiva estará
423 encaminhando a lista de documentos pendentes das instituições. Não havendo mais assuntos a
424 ser tratados, o Presidente agradeceu a todos a presença e as contribuições e declarou
425 encerrado o 1º dia de reunião da 11ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Povos e
426 Comunidades Tradicionais. Abertura do 2º dia da 11ª Reunião Ordinária, o Sr. Carlos Alberto
427 Pinto dos Santos informou que viajou para outra cidade devido aos acontecimentos em sua
428 cidade de domicílio. O Sr. Helbert Garandy Pitorra agradeceu os esclarecimentos dados e
429 enfatizou o nível de comprometimento do Sr. Presidente. Informou que trouxe para o dia os
430 encaminhamentos realizados no dia anterior como, por exemplo, o decreto que trata da
431 composição de grupos de trabalho. Solicitou à equipe da Secretaria o reenvio da ata da última
432 reunião para os conselheiros. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos saudou todos e solicitou a
433 verificação do quórum para a Secretaria-Executiva. O Sr. Helbert Garandy Pitorra elencou os

434 membros presentes. O Sr. João Bosco Campos informou que não recebeu a lista com
435 pendências das entidades. O Sr. Helbert Garandy Pitorra informou que a Secretaria-Executiva
436 teve um problema de ordem técnica e será feito o reenvio da documentação ainda no presente
437 dia. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos reforçou que os conselheiros que ainda não
438 assinaram o termo de posse digital, ainda não possuem direito ao voto. O Sr. Helbert Garandy
439 Pitorra informou que o quórum para início dos trabalhos é de 10 conselheiros, que representa
440 um terço das cadeiras do Conselho, e que o quórum para votação é de 16 conselheiros, o que
441 representa a maioria simples do Conselho. Lembrando que o quórum representa os
442 conselheiros devidamente empossados. Passando para a pauta do 2º dia de reunião: leitura e
443 aprovação da ata da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Povos e Comunidades
444 Tradicionais, leitura e aprovação da ata da 2ª Reunião Extraordinária, informação e *status* do
445 termo de posse dos conselheiros, procedimentos acerca do reconhecimento dos povos e
446 comunidades tradicionais, inscrições para as falas, definições referentes à votação, inscrições
447 para fala, proposições, procedimentos técnicos e escolha dos membros acerca da Câmara
448 Técnica do Abrace o Marajó. O Sr. Carlos Alberto dissertou sobre as distorções nas
449 interpretações da alteração da pauta e passou a palavra para a Secretaria-Executiva do
450 Conselho para esclarecimentos. O Dr. Helbert Garandy Pitorra agradeceu a oportunidade e
451 informou que está veiculando informações sobre o CNPCT sobre o vazamento da pauta do
452 Conselho para a imprensa. Informou que o Conselho fica desvalorizado perante a sociedade
453 com esse tipo de atitude, que existe mais de um conselho que trata sobre os povos e
454 comunidades tradicionais, que o que causa estranheza é o modo de vazamento das
455 informações que coloca em xeque a relação da Secretaria-Executiva e o Conselho.
456 Parabenizou o Sr. Presidente pela defesa do CNPCT no sentido de tratar com seriedade todos
457 os assuntos tratados e esclarece também que a pauta estabelecida não foi sugerida pelo
458 Governo, sendo a pauta da sociedade Brasileira, cabendo ao Conselho que se manifeste em
459 relação ao ato. Reforça que o posicionamento da Secretaria-Executiva é pela condução e
460 fluidez do conselho de forma, mas com resguardo por parte de todos. Informou que outros
461 Conselhos estão debatendo assuntos que são privativos do CNPCT e enquanto integrante do
462 CNPCT é dever de todos zelarem pela credibilidade do Conselho. Enfatizou que o Conselho
463 Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais é o Conselho adequado para tratar de
464 assuntos referentes aos PCT 's. Conclamou todos os conselheiros a defender o CNPCT e
465 resguardar a soberania do conselho que tem adquirido nas legislações vigentes, bem como
466 zelar pelo diálogo. Reforçou que a matéria jornalística que está sendo veiculada de forma
467 equivocada e de forma alheia ao que foi debatido no pleno. A Sra. Cláudia Regina Sala de

468 Pinho saudou todos e apoiou o Sr. O Presidente e o Sr. Secretário no sentido de publicizar as
469 informações corretas sobre o tema. Reforçou a importância da função de conselheiros do
470 CNPCT e da criação do grupo de trabalho para que seja criada a política nacional de povos de
471 comunidades tradicionais e na criação de políticas nacionais que atendam as demandas dos
472 PCT 's. Informou que antes das notícias veiculadas erroneamente o conselho era despercebido
473 pela sociedade, que é um momento de aprendizagem para o Conselho, que o CNPCT tem uma
474 responsabilidade social no repasse das informações para a sociedade. A Sra. Gabrielle Ücker
475 Thum parabenizou o Presidente pela postura adotada e reforçou a importância da criação da
476 Câmara Técnica nos procedimentos de reconhecimentos dos PCT 's. Enfatizou a participação
477 da sociedade civil no Conselho para manter a qualidade dos temas debatidos. A Sra. Adriana
478 de Souza de Lima dissertou sobre a importância da criação do grupo de trabalho para o
479 CNPCT, de forma a buscar auxílio de parceiros quando for necessário e parabenizou o
480 Presidente pela postura nos momentos adequados. Reforçou a importância da transparência
481 nas escolhas das pautas do Conselho. A Sra. Maria Jane Soares Targino Cavalcante saudou
482 todos e informou sobre a sua rotina de viagens para justificar as dificuldades de presença
483 efetiva no conselho. Informou ainda, que a ASCOCIC participa de conselhos há 12 anos, que
484 os povos ciganos são gratos por todos os trabalhos realizados tanto do CNPCT quanto do
485 CNPIR. Reforçou a consideração que os povos ciganos têm aos membros do conselho e
486 parabenizou todos pelos excelentes trabalhos desenvolvidos. O Helbert Garandy Pitorra
487 dissertou sobre o aumento da sua motivação ao ouvir os conselheiros e conselheiras que
488 exalam a paixão em defender os PCT 's. Informou que, em nome da Secretaria-Executiva,
489 assume a responsabilidade do erro sobre a terminologia. A Sra. Maria J. Cleide ressaltou a
490 importância do CNPCT desde a sua criação, especificamente, nos trabalhos feitos para a
491 publicação de documentos oficiais e dissertou sobre as dificuldades enfrentadas. Ressaltou
492 ainda, a relevância do Conselho em resguardar a cultura, as tradições e a memória dos PCT 's.
493 Parabenizou a conduta do Presidente em relação ao episódio e a sua transparência. Reforçou o
494 debate para a inclusão daquelas pessoas que sempre passavam despercebidas aos olhos da
495 sociedade, mas que defenderam com sabedoria o meio ambiente e o desenvolvimento social
496 sustentável. O Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos agradeceu a fala dos demais conselheiros e
497 enfatizou a importância dos membros se atentarem aos termos utilizados e reforçou o desafio
498 a ser enfrentado pelo CNPCT. Ressaltou que o Conselho é o responsável pela implementação
499 da política pública de reconhecimento de PCT 's, pela fiscalização das ações. Reafirmou as
500 falas dos conselheiros no sentido de dar visibilidade aos PCT 's. Reiterou a solicitação de
501 correção da pauta e ressaltou a criação do grupo de trabalho, para dar satisfação aos PCT 's e à

502 sociedade civil. Enfatizou a relação indissociável entre os PCT 's e a natureza e enfatizou a
503 publicização daquilo que de fato foi deliberado pelo CNPCT. Sugeriu que em toda a pauta
504 proposta deva ser informado o segmento que a propôs e o conselheiro representante e, ainda,
505 informar se algum representante encaminhou documentação à Secretaria-Executiva
506 solicitando inclusão em pauta e se esses documentos têm respaldo em cobranças do Ministério
507 Público. Ressaltou que o Conselho é uma democracia, assim como nos PCT 's. Agradeceu a
508 Secretária-Executiva pelos esclarecimentos e pelo ajuste realizado. Passando ao próximo item
509 da pauta, **leitura da ata da 10ª Reunião Ordinária e leitura da ata da 2ª Reunião**
510 **Extraordinária**. O Presidente informou que a maioria dos conselheiros não recebeu a Ata da
511 última reunião por e-mail, inclusive o próprio Presidente. Sugeriu que a ata fosse lida e as
512 sugestões dos conselheiros sejam realizadas na próxima reunião ordinária. O Sr. Helbert
513 Garandy Pitorra informou que há um repórter da imprensa desejando participar da reunião
514 como cidadão comum e consultou o Presidente do Conselho sobre a autorização. O Sr. Carlos
515 Alberto Pinto dos Santos informou que as decisões do CNPCT são decisões do colegiado e
516 assim consultou os demais membros para a deliberação do pleito. A Sra. Cláudia Regina Sala
517 de Pinho informou que, devido aos acontecimentos recentes, despertou a curiosidade da
518 sociedade sobre o funcionamento do Conselho, que o CNPCT tem um regimento interno para
519 esse tipo de pleito, qual seja a manifestação prévia. A Sra. Maria Jane Soares Targino
520 Cavalcante concordou com a conselheira Cláudia Regina e acrescentou que é imprescindível
521 saber o motivo da participação de terceiros na reunião, tendo em vista evitar distorções nos
522 assuntos debatidos. A Sra. Adriana de Souza de Lima se solidarizou com a fala das
523 conselheiras Cláudia Regina e Maria Jane e acrescentou que caso haja abertura de espaço para
524 a imprensa no atual momento, poderá causar mais confusões e distorções, sugerindo a
525 condução da reunião conforme o regimento interno. O Sr. João Bosco Campos aceitou as
526 orientações das conselheiras, no entanto informou que a divulgação dos trabalhos do CNPCT
527 é de extrema importância para a sociedade, sobretudo para mostrar o tipo de trabalho
528 desenvolvido. Nesse sentido, orientou que não há qualquer empecilho para a participação de
529 terceiros. Destacou que as reuniões são abertas ao público. A Sra. Maria Ednalva Ribeiro da
530 Silva concordou com o posicionamento das conselheiras e acrescentou que caso ocorra à
531 liberação, acarretará a descaracterização do regimento interno. Exemplificou com a própria
532 assessoria jurídica do segmento que sinalizou a vontade de participar da próxima reunião
533 desde já. O Dr. Helbert Garandy Pitorra informou que no Art. 10, parágrafo 2º que “Os
534 interessados em assistir às reuniões públicas do CNPCT deverão encaminhar pedido à
535 Secretaria-Executiva na reunião anterior ou com até dez dias de antecedência da data

536 designada para a reunião, para fins de planejamento logístico.”. Informou ainda, que para a
537 preservação do Conselho é que seja negado o pleito do cidadão. O Presidente informou que
538 por questões regimentais o cidadão não poderá participar da reunião e que deve ser informado
539 à imprensa para publicização dos ritos do regimento para participação. Passando à leitura da
540 Ata, o Sr. Helbert Garandy Pitorra informou que recebeu apenas a ata da 2ª Reunião
541 Extraordinária e que enviou essa ata a todos os conselheiros, pedindo confirmação do
542 recebimento da ata. Solicitou que o ponto de pauta, leitura e aprovação das atas das reuniões,
543 seja incluído na pauta da próxima reunião ordinária. Solicitou o envio o mais rápido possível
544 para a leitura dos conselheiros. O Dr. Helbert Garandy Pitorra concordou com a sugestão e
545 informou que na errata da pauta, onde se lê “Câmara Técnica” leia-se “Grupo de Trabalho”.
546 Passando para o próximo item de pauta, **informação e status do termo de posse dos**
547 **conselheiros**. O Presidente informou que esses pontos foram tratados no primeiro dia de
548 reunião. O Dr. Helbert Garandy Pitorra informou que esse é um ponto superado. O Presidente
549 concordou e passou para o item sobre o Decreto 9.759 DE 11 DE ABRIL DE 2019, sobre a
550 composição dos grupos de trabalho. O Sr. Helbert Garandy Pitorra dissertou sobre o decreto
551 em tela, especificamente em seu Artigo 2º em que “Art. 2º Para os fins do disposto neste
552 Decreto, inclui-se no conceito de colegiado: ... IV - grupos; ... X - qualquer outra
553 denominação dada ao colegiado.” e Artigo 6º em que “As propostas de criação, de recriação,
554 de extinção ou de modificação de colegiados deverão: ... VI - não prever a criação de
555 subcolegiados por ato do colegiado principal, exceto se: a) limitado o número máximo de seus
556 membros; b) estabelecido caráter temporário e duração não superior a um ano; e c) fixado o
557 número máximo de subcolegiados que poderão operar simultaneamente.”. Reforçou que a
558 interpretação do Decreto por parte da Secretaria-Executiva é pacificada e que tem sido
559 aplicada em todos os demais Conselhos. Reforçou ainda, que qualquer tentativa de criação em
560 discordância do Decreto, automaticamente não será dado encaminhamento. O Presidente
561 ressaltou a importância da criação do grupo de trabalho e trouxe a pauta de criação novamente
562 para ser deliberada pelo conselho. Elencou os membros que se voluntariaram, sendo eles:
563 Adriana de Souza Lima, João Bosco, Carlos Alberto, Paulo Coutinho, José Luiz e Lidiane
564 Taverny. Sugeriu o convite a outros órgãos para participarem como convidados e ressaltou a
565 retirada de um conselheiro da sociedade civil da composição do grupo para que se faça
566 conforme a legislação normativa. O Sr. José Roberto Fani Tambasco colocou à disposição a
567 Defensoria Pública da União para auxiliar no que for necessário e solicitou participar, como
568 convidado, do grupo de trabalho. Parabenizou a conduta do Conselho diante dos graves
569 acontecimentos e que a DPU é solidária ao CNPCT. Sugeriu a revisão da pauta para que atos

570 como o ocorrido não voltem a acontecer. A Sra. Gabrielle Ücker Thum questionou um ponto
571 específico do Decreto (Inciso V do Artigo 6º do Decreto 9.759). O Dr. Helbert Garandy
572 Pitorra prontamente sanou sua dúvida, informando que se trata de grandes colegiados. O Sr.
573 José Luiz Paro Filho informou que a Secretaria de Governo não se manifestou para compor o
574 grupo de trabalho para criação dos procedimentos para reconhecimento de novos segmentos
575 de povos tradicionais no âmbito do CNPCT. O Presidente informou novamente os
576 conselheiros que optaram em fazer parte do grupo de trabalho, sendo eles: Adriana de Souza
577 Lima, João Bosco, Carlos Alberto, Paulo Coutinho e Lidiane Taverny. E como convidados a
578 Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal. Sugeriu o convite a
579 pesquisadores, órgãos, universidades, lideranças de PCT 's e demais interessados em
580 contribuir com o grupo de trabalho. Sugeriu que a primeira reunião do grupo de trabalho
581 aconteça no início do ano de 2022, antes mesmo da próxima reunião ordinária do CNPCT,
582 para que proponha um plano de trabalho e seja apresentado na reunião ordinária e assim dar
583 início aos trabalhos. Propôs que o grupo de trabalho apresentasse o seu relatório final apenas
584 na última reunião ordinária do CNPCT do ano de 2022, devido a dificuldades enfrentadas por
585 todos, com possibilidade de prorrogação, tendo em vista a importância da temática para o
586 cenário nacional e sua complexidade. O Sr. Helbert Garandy Pitorra informou que o
587 conselheiro João Bosco poderá participar apenas como convidado no grupo de trabalho, tendo
588 em vista que ainda não assinou o termo de posse. Informou ainda, que no momento não há
589 quórum para votação, uma vez que alguns conselheiros precisaram se ausentar da reunião.
590 Questionou se haveria alguma objeção à composição do grupo, à apresentação do relatório
591 final e ao prazo de vigência do grupo de trabalho e não havendo, foram considerados
592 aprovado os pleitos em pauta. Passando ao próximo item da pauta, **procedimentos acerca do**
593 **reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais**. O Sr. Helbert Garandy Pitorra
594 informou que o CNPCT tem caráter consultivo e por isso as demandas que tratam sobre PCT
595 's devam ser levadas ao Conselho, sendo uma das instâncias a ser consultada no processo de
596 reconhecimento e não a única. Ressaltou a fala da conselheira Adriana, ao citar a preservação
597 das características do Conselho e sua essência. Ressaltou o papel da Secretaria-Executiva e
598 relatou que já foi solicitada à equipe da Secretaria, que trabalha nas políticas afirmativas, a
599 concepção de uma nota técnica que possa balizar os trabalhos dos conselheiros, em caráter de
600 urgência, tendo sua resposta, no máximo, na primeira quinzena do mês de janeiro de 2022.
601 Sugeriu que os trabalhos a serem realizados pelos conselheiros em suas atividades sejam
602 iniciados a partir do mês de fevereiro de 2022, após a nota técnica. O Presidente propôs que a
603 reunião do grupo de trabalho ocorra no mês de março para a elaboração do plano de trabalho.

604 Questionou se haveria alguma objeção e não havendo, foi considerada aprovada a proposta.
605 Passando ao próximo item da pauta, **procedimentos técnicos e escolha dos membros acerca**
606 **da Câmara Técnica do Abrace o Marajó.** A Sra. Edna Maria da Costa e Silva questionou se
607 o grupo de trabalho criado a partir da Câmara Técnica foi composto por membros. O Sr.
608 Helbert Garandy Pitorra explicou que devido às mudanças do conselho e conforme
609 entendimento do Decreto 9.759, afirmou que o Grupo de trabalho não existe mais. Assim,
610 deverá ser novamente instituída a Câmara Técnica e, conseqüentemente, o grupo de trabalho.
611 O Presidente questionou a conselheira Edna Maria para saber em qual área específica o grupo
612 de trabalho iria atuar nas questões do Abrace o Marajó. A Conselheira informou que o grupo
613 de trabalho atuará na implementação de projetos de sustentabilidade na área de vegetais
614 oleaginosos. O Presidente propôs a criação de um Grupo de trabalho das Andioribeiras
615 Abrace o Marajó para tratar do assunto. O Sr. Helbert Garandy Pitorra sugeriu que ocorra o
616 debate sobre a criação do grupo e o levantamento dos nomes dos conselheiros que gostariam
617 de participar e assim que houver quórum, realizar a votação para a criação do grupo de
618 trabalho. A conselheira Edna Maria sugeriu que os conselheiros que queiram fazer parte do
619 grupo de trabalho tenham conhecimento sobre os vegetais oleaginosos do Marajó e façam
620 parte do projeto. A conselheira Edna Maria da Costa e Silva colocou-se à disposição para
621 compor o grupo e o Sr. Helbert Garandy Pitorra sugeriu a participação de um dos conselheiros
622 da Secretaria Nacional, uma vez que a Secretaria Nacional faz parte do programa Abrace o
623 Marajó. O Presidente informou que o Sr. João Bosco Campos já havia se manifestado no
624 sentido de participar desse grupo de trabalho. A conselheira Maria Ednalva Ribeiro da Silva
625 se prontificou a participar do grupo de trabalho. O Presidente propôs acrescentar a conselheira
626 Célia como convidada no grupo de trabalho e solicitou novamente o quórum para deliberação.
627 O Sr. Helbert Pitorra informou que não houve alteração no quórum, permanecendo em 13
628 conselheiros, o que inviabiliza, momentaneamente, a deliberação da criação do grupo de
629 trabalho. O Presidente informou a conselheira Edna Maria que a criação do grupo será
630 pautada na próxima reunião ordinária do CNPCT, sendo a sua composição pelos conselheiros:
631 Maria Ednalva, Edna Maria, João Bosco Campos, Dayane Facundes (Ministério da Mulher,
632 da Família e dos Direitos Humanos). E como convidada a conselheira Célia Regina. A Sra.
633 Adriana de Souza de Lima informou a demanda sobre a possibilidade de ampliação do CAR
634 em outros Estados para os PCT's. Agradeceu os encaminhamentos dados na reunião e a
635 presença de todos. Apoiou a criação do Grupo de trabalho e que a primeira reunião ocorra
636 antes da reunião ordinária do conselho para o próximo ano. Dissertou sobre a importância do
637 Conselho e enfatizou a responsabilidade com a sociedade civil em sua deliberação. A

638 conselheira Cláudia Regina Sala de Pinho informou que o Conselho ficou de deliberar sobre a
639 composição do fundo nacional de repartição de benefícios. Sugeriu oficializar o quanto antes
640 os membros que irão compor o pleito. Agradeceu a reunião, elogiou os encaminhamentos
641 realizados e desejou felicitações a todos. O Dr. Helbert Pitorra informou que o assunto
642 informado pela conselheira Cláudia Regina foi deliberado na última reunião, no entanto o
643 conselho ficou de deliberar apenas os nomes dos conselheiros. O Presidente informou que se
644 colocaram a disposição, à época, os conselheiros Raimundo Nonato Pereira da Silva/ Taata
645 Konmannanjy (Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu –
646 ACBANTU), Maria Ednalva Ribeiro da Silva (AMIQCB), Maria Jane Soares Targino
647 Cavalcante (ASCOCIC) e a Lidiane Taverny Sales (Retireiros do Araguaia). Questionou se
648 haveria alguma objeção aos nomes informados e não havendo, foram considerados aprovados
649 os conselheiros que irão compor o fundo nacional de repartição de benefícios. O Sr. Helbert
650 Garandy Pitorra agradeceu todos os presentes, enfatizou a condução do seu trabalho como
651 Coordenador e desejou felicitações a todos. A Sra. Maria Ednalva Ribeiro da Silva desejou
652 felicitações a todos. O Presidente enfatizou a importância do Conselho e espera garantir os
653 direitos tão almejados pelos PCT 's no ano de 2022. Agradeceu a todos os presentes e desejou
654 felicitações a todos. O Presidente declarou encerrada a 11ª Reunião Ordinária do Conselho
655 Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.